



Gerardo Mangel

Votação de projeto oriundo de medida provisória mobiliza senadores em Plenário

Senado aprova estímulo a investimentos em energia

A chamada MP das Hidrelétricas foi aprovada com seis emendas e por isso retornará ao exame dos deputados. O relator César Borges disse que a matéria viabiliza investimentos. O projeto também autoriza a União a repassar até US\$ 2 bilhões ao BNDES para enfrentar a crise financeira. **2**



Waldemir Barreto

Dezadas de suplentes de vereadores (*no fundo*) acompanham debate na Comissão de Justiça

CCJ reduz o teto de gastos das câmaras municipais

Regras aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça reduzem em até 40% gastos dos legislativos em cidades com mais de 2 milhões de habitantes. Proposta, que agora vai a Plenário, cria seis novos critérios de gastos percentuais máximos das câmaras municipais, em vez dos quatro atuais. **4 e 5**

Judiciário deve aceitar e-mail como prova

Projeto aprovado pela CCT confere "presunção de veracidade" às mensagens eletrônicas com certificação digital. **6**

Presidente do Paraguai visita hoje o Senado

Fernando Lugo será recebido às 11h por Sarney. Ele quer obter do Brasil aumento do valor pago por uso de energia de Itaipu. **5**

Congresso examina 943 vetos e aprova R\$ 1 bi a municípios

O Congresso votou na noite de ontem 943 vetos presidenciais a diversos projetos. A apuração deve ser feita hoje pela manhã, mas a previsão é de que todos

sejam mantidos. Também foi aprovada transferência de R\$ 1 bilhão a estados, municípios e DF para recompor o Fundo de Participação dos Municípios. **8**



Marcio Moritz

Sarney preside a sessão do Congresso em que foram aprovados também dois projetos que destinam créditos à Eletrobrás

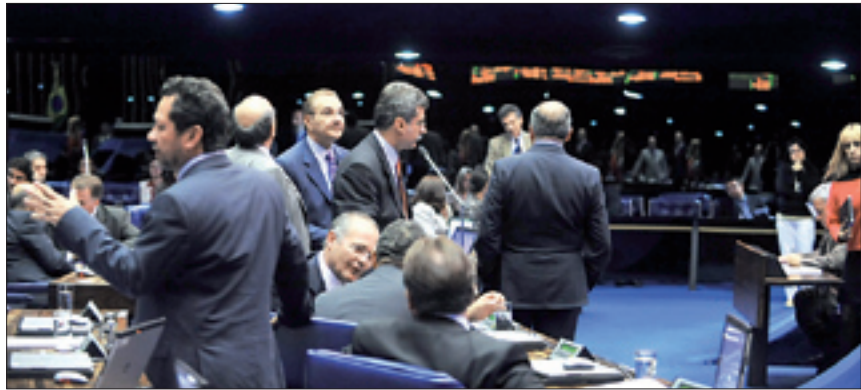
Gripe suína: Anvisa alerta para risco de automedicação

Ao detalhar o trabalho da Anvisa na prevenção da gripe suína, presidente do órgão faz advertência à população. **7**

Polícia Legislativa pode apurar denúncias

Presidente do Senado lê súmula do STF segundo a qual Polícia Legislativa pode investigar denúncia sobre contratos. **3**

Acatada ontem com seis emendas do relator César Borges, a MP das Hidrelétricas – cujo objetivo é viabilizar a participação de estatais do setor elétrico em empreendimentos constantes do PAC – retorna agora para a Câmara



Fotos de Gerardo Magalhães

Plenário acolhe projeto de lei de conversão que autoriza a União, os estados e o DF a participarem de fundo. À direita, Wellington Salgado critica artigo do PLV

Medida que facilita financiamento ao setor de energia elétrica é aprovada

O PROJETO DE Lei de Conversão que autoriza a União, os estados e o Distrito Federal a participarem do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE) foi aprovado ontem em Plenário.

O objetivo do PLV 3/09, proveniente da Medida Provisória 450/08, é viabilizar a participação de empresas estatais do setor elétrico em empreendimentos de exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou referentes a programas estratégicos, esclareceu o relator, César Borges (PR-BA).

A chamada MP das Hidrelétricas foi aprovada com 28 votos favoráveis, 17 contrários e 4 abstenções. Como foram aprovadas as seis emendas do relator, o projeto retorna agora para a Câmara dos Deputados.

O fundo também tem a finalidade de garantir a participação de empresa estatal do setor elétrico em sociedades de propósito específico para a exploração da produção ou transmissão de energia elétrica no Brasil e no exterior constantes do PAC.

De natureza privada, o FGEE terá patrimônio formado pelo aporte de bens e direitos realizados pelos cotistas, por meio da integralização de cotas e pelos rendimentos obtidos com sua administração. A integralização das cotas pela União será autorizada por decreto. A decisão sobre esse assunto caberá ao ministro da Fazenda.

Na interpretação de César Borges, a medida é necessária para viabilizar investimentos no setor elétrico brasileiro, pois o período de construção dos empreendimentos do setor elétrico é de grande risco para os financiadores. Ele frisou que

o FGEE só aportará garantias à sociedade de propósito específico, na medida da participação acionária minoritária de empresas estatais do setor elétrico.

Pelo PLV, o FGEE terá direitos e obrigações próprias, pelas quais responderá com seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem. O fundo deverá ser criado, administrado e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pela União.

Os recursos do FGEE serão constituídos pela integralização de suas cotas realizadas em dinheiro; pelo produto da alienação das ações e títulos da dívida pública mobiliária federal; e pela reversão dos saldos aplicados. Também deverão compor os recursos do fundo

dividendos, remuneração de capital e resultados de aplicação financeira, entre outros. Um conselho definirá as formas de aplicação dos recursos do FGEE e decidirá quais projetos serão garantidos entre os encaminhados pelo Ministério da Fazenda, após escolha prévia do Ministério de Minas e Energia.

A principal alteração promovida pelas emendas inclui toda a faixa de potência dos aproveitamentos – que passa a ser de 1.000 a 50.000 kW – e substitui a expressão “sem as características de pequenas centrais hidrelétricas” pela expressão “independentemente de ter ou não características de pequena central hidrelétrica”. Para César Borges, isso evitará que os aproveitamentos situados na faixa de 1.000 a 30.000 kW e na faixa de 30.000 a 50.000 kW possam se submeter a processo de licitação na modalidade leilão.

Projeto autoriza repasse ao BNDES para enfrentar crise

O projeto proveniente da MP das Hidrelétricas (PLV 3/09), aprovado ontem, também autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante operação de crédito, recursos da ordem de até US\$ 2 bilhões captados junto ao Banco Mundial.

Segundo o governo, esse dinheiro ajudará o BNDES a enfrentar a crise financeira internacional. Os recursos serão repassados pela União ao BNDES nas mesmas condições financeiras oferecidas pelo Banco Mundial. A proposta também possibilita ao Tesouro Nacional exigir do BNDES remuneração compatível com o custo de captação interna dos R\$ 15 bilhões liberados em agosto de 2008, para a instituição reforçar seus empréstimos a longo prazo.

Ao modificar parte da Lei 10.841/04, que autoriza a União a permutar certificados financeiros do Tesouro, o PLV 3/09

autoriza a União a permutar certificados emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais até 31 de dezembro de 2008, observada a equivalência econômica. A permuta poderá ser feita por outros certificados financeiros do Tesouro com as mesmas características, mediante aditamento do contrato firmado entre a União e o estado que originou a emissão desses documentos. Essa permuta permite que os novos títulos tenham vencimentos mais alongados.

O PLV ainda estabelece que o presidente da República poderá definir, por decreto, uma forma simplificada de licitação para a Eletrobrás e suas controladoras adquirirem bens e serviços.

Os partidos de oposição na Câmara tentaram, em vão, derrubar essa medida. A justificativa do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator da matéria, é de que essa possibilidade já existe para a Petrobras desde 1997, por meio da Lei 9.478.

Heráclito, Casagrande e Wellington: artigo da MP favorece Eletrobrás

Durante a discussão da MP das Hidrelétricas, Wellington Salgado (PMDB-MG) manifestou sua contrariedade em aprovar o artigo que permite à Eletrobrás a aquisição de bens e serviços com base em procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto pelo presidente da República. O parlamentar disse ter sido procurado por diretores da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), uma vez que a empresa mineira imagina que sua competitividade no mercado será prejudicada com tal medida. Wellington e Heráclito Fortes (DEM-PI) chegaram a pedir a supressão do artigo (nº 19), mas o Plenário votou contra a retirada.

Para Heráclito, tal permissão é “um ato eivado de inconstitucionalidade”.

Segundo o senador democrata, a possibilidade de aprovação de procedimento licitatório simplificado por decreto presidencial retira da Câmara e do Senado a prerrogativa de legislar sobre a matéria de competência da União relacionada a licitações e contratações da Eletrobrás, “a qual deve ser primeiramente precedida de lei”.

Já o líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que a MP “contém coisas muito boas e coisas muito ruins”. Ruim, para ele, é a liberdade

na realização de concorrências, o que “abre uma brecha para coisas pouco recomendáveis”. Entre as coisas boas, o senador apontou as medidas de combate à crise, citando a prorrogação, até 2015, da possibilidade de empresas estatais eletrointensivas comprarem energia a preço menor. Agripino disse que, em nome da crise, encaminhava voto favorável à MP.

Prerrogativa

Renato Casagrande (PSB-ES) também questionou o artigo 19. Ele opinou que o Congresso mais uma vez abria mão de uma prerrogativa, pois já deveria ter regulamentado o artigo 173 da Constituição, cujo parágrafo 1º diz que lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.

Por sua vez, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que a MP permitiu que empreendedores que já participam do sistema também gerem energia eólica e de biomassa ou por meio de pequenas centrais. Ele informou que o Rio de Janeiro será beneficiado, já que, em Cabo Frio, está sendo viabilizado um empreendimento de US\$ 200 milhões para gerar energia eólica.

Senadores criticam o Congresso por não ter votado um estatuto jurídico para as empresas públicas

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem ao Proantar

Sessão solene, às 10h, comemora os 50 anos do Tratado Antártico (Proantar). A homenagem faz parte das comemorações da 2ª Semana do Continente Antártico. Às 14h, a sessão é deliberativa.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe às 11h, no Salão Nobre, o presidente do Paraguai, Fernando Lugo; às 12h30, reúne-se com o presidente da Agência Espacial Brasileira, Carlos Ganem; e às 16h preside a ordem do dia.

Indicações para agências

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) reúne-se, às 8h30, para votar, entre outros, duas mensagens do presidente da República com indicações para cargos em agências reguladoras: de João Batista de Rezende para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e de Ivo Borges de Lima para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Acampamento Terra Livre

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública, para discutir a edição 2009 do Acampamento Terra Livre. O evento, realizado anualmente na Esplanada dos Ministérios, reúne lideranças indígenas das cinco regiões etnográficas do Brasil para tratar de suas principais demandas ao Estado brasileiro.

CPI da Pedofilia

A CPI da Pedofilia recebe, às 10h30, a psicóloga Daniela Pedrosa, do Serviço de Atenção à Mulher em Situação de Violência Sexual do Hospital Pérola Byington. Logo após, votam-se requerimentos.

Indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se, às 10h, a fim de analisar três indicações. A de José Fiúza Neto para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Guiné e Serra Leoa; a de Armando Vitor Boisson Cardoso para a embaixada brasileira na Finlândia e na Estônia; e a de Antonio Carlos do Nascimento Pedro, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Sudão.



Simon afirma que está ao lado do brigadeiro e do ministro

Medidas que visam "blindar Infraero" têm apoio de Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) disse da tribuna que as recentes medidas adotadas pelo presidente da Infraero, brigadeiro Cleonilson Nicácio, visaram "blindar a estatal contra uma antiga prática na administração federal: a partidização dos órgãos públicos, a indicação política de afilhados aos postos públicos".

Simon lembrou que no dia 16 de abril o brigadeiro Nicácio, obedecendo orientação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, conduziu reunião do conselho de administração da Infraero que aprovou mudanças em seu estatuto social. Uma delas foi reduzir de 109 para 12 o número de cargos comissionados especiais que eram preenchidos por indicação de políticos e de partidos.

— O que se esperava era um apoio total a essa decisão, era solidariedade a esse gesto. Mas não foi o que aconteceu. Ocorreu o contrário. Lideranças dos mais variados partidos, inclusive do meu, não elogiaram nem o ministro nem o brigadeiro. Os líderes correram ao Palácio do Planalto para se queixar. O presidente Lula foi obrigado a fazer uma reunião de urgência para acalmar a ira dos líderes, que se diziam feridos nos seus justos interesses.

Ameaças

Na avaliação de Simon, principalmente o PMDB deveria ter apoiado a iniciativa do ministro Jobim, que é integrante do partido. Mas a agremiação, ao contrário, disse, chegou a ameaçar com uma comissão parlamentar de inquérito e a votar contrariamente a projetos de interesse do governo.

Outra ameaça que o PMDB teria feito, acrescentou, foi a de apoiar José Serra na próxima eleição para a Presidência da República em vez de Dilma Rousseff, a candidata declarada do presidente Lula. O partido também teria dado um ultimato ao governo: ou o brigadeiro é demitido da Infraero ou mantém na empresa os indicados pela legenda.

— Nessa hora em que um partido como o PMDB deveria estar pensando em candidatura própria à Presidência da República, está barganhando meia dúzia de cargos. Vamos nos respeitar!

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) expressou apoio à decisão de Nicácio, sob a orientação de Jobim, de profissionalizar a Infraero e blindá-la contra a partidização e a indicação de afilhados políticos.

Em resposta a questionamento do senador Arthur Virgílio, presidente da Casa informou que a Polícia Federal poderá ser chamada se procurador da República considerar insuficiente o trabalho que está sendo feito

Polícia do Senado é competente para investigar denúncias, afirma Sarney

QUESTIONADO PELO SENADOR Arthur Virgílio (PSDB-AM), o presidente do Senado, José Sarney, leu para o Plenário trecho de súmula do Supremo Tribunal Federal sobre as atribuições da Polícia Legislativa, sustentando que o órgão tem condições de investigar as denúncias do casal João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos do Senado, e Denise Zoghbi, ex-diretora do Instituto Legislativo Brasileiro. Os dois disseram à revista *Época* que houve corrupção em contratações do Senado e que o ex-diretor-geral Agaciel Maia seria sócio de empresas terceirizadas que têm contratos com a Casa.

— A súmula diz que as polícias do Senado e da Câmara são competentes para fazer prisão em flagrante e inquérito. E nós pedimos um procurador

da República para suplementar a investigação. A Mesa do Senado quer que a apuração seja a mais rigorosa possível. Vamos demonstrar que o Senado assume suas responsabilidades e vai cumprir com o seu dever e irá até as últimas consequências no esclarecimento do caso — disse Sarney.

Arthur Virgílio havia recomendado que a Mesa pedisse a participação da Polícia Federal na apuração do caso. A investigação da Polícia Legislativa "não está convencendo a sociedade" e nem a Ordem dos Advogados



Virgílio sugere que Polícia Federal investigue denúncias

do Brasil, conforme o senador. Para Virgílio, a presença da PF, ao lado da Polícia Legislativa, "eliminará dúvidas sobre as investigações". O senador disse ainda que o Senado "não pode continuar desconectado da sociedade e pode pôr a perder

as boas iniciativas tomadas neste caso".

José Sarney argumentou ainda que, se o procurador da República que acompanhará as investigações concluir que o trabalho não é suficiente, ele terá competência para pedir uma investigação judicial e chamar a Polícia Federal.

Corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP) informou ter recebido ligação da direção do Banco Central. O senador foi informado de que o BC enviará dois peritos para indicar ao Senado o que deve ser feito no caso das denúncias de que teria havido irregularidades em empréstimos consignados (descontados em folha) do Banco Cruzeiro do Sul a servidores da Casa.

Em depoimento, Zoghbi e Denise negam denúncias

O ex-diretor de Recursos Humanos do Senado João Carlos Zoghbi e sua mulher, Denise Zoghbi, ex-diretora do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), prestaram ontem depoimentos na Polícia Legislativa do Senado, que instaurou inquérito para apurar denúncias de irregularidades administrativas na Casa publicadas pela revista *Época*.

Na saída, o advogado do casal, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakai, informou que eles negaram ter responsabilizado, em qualquer momento, senadores ou o ex-diretor-geral do Senado Agaciel da Silva Maia por qualquer irregularidade. Os

dois negaram também conhecer algum ato irregular da administração do Senado.

Em entrevista concedida por volta das 21h30, o diretor da Polícia Legislativa, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, disse que o casal "não trouxe qualquer fato novo em relação à matéria da revista *Época*, nem confirmou o teor da matéria". Em razão disso, o diretor afirmou não ver motivo, por enquanto, para convocar Agaciel Maia para um depoimento.

João Carlos e Denise prestaram esclarecimentos separadamente. Ele foi ouvido entre as 17h e as 19h30. Em seguida, começou o

depoimento dela, que durou até por volta das 21h. Às 21h10, o casal deixou a garagem do Senado depois de breve e tumultuada entrevista do advogado, que os acompanhou no carro.

João Carlos Zoghbi é acusado de criar empresas de fachada para intermediar contratos de empréstimo consignado entre servidores do Senado e o Banco Cruzeiro do Sul.

A revista *Época* que circulou no fim de semana traz matéria em que Zoghbi e Denise teriam acusado o ex-diretor-geral Agaciel Maia de participação em empresas terceirizadas que têm contrato com o Senado.



Suplicy afirma que restituiu os R\$ 15 mil gastos em passagem para sua namorada

foi tão criticado.

José Agripino (DEM-RN) leu trecho do contrato entre o Senado e a empresa responsável pela emissão de passagens, prevendo a "emissão de bilhetes e ordens de passagens aéreas domésticas e internacionais e serviços afins", que seriam outras atividades eventuais autorizadas pelo Senado, como hospedagem, seguro de viagens, alimentação e locomoção urbana no destino. Conforme Agripino, todos faziam o que era "amparado por um contrato".

João Pedro (PT-AM) ressaltou que Suplicy continua sendo uma referência para o PT, o Congresso Nacional e o Senado.

Por sua vez, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o parlamentar paulista "tem a solidariedade total da Casa".

Suplicy anuncia devolução de R\$ 42 mil em crédito de passagens

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem a devolução à Mesa do Senado de cerca de R\$ 42 mil em créditos de passagens relativos a outubro, novembro e dezembro de 2007, que não foram utilizados por ele, apesar do seu direito de gastá-los, segundo as regras vigentes à época.

— Como sinal de que tenho utilizado bem menos do que poderíamos fazer como senadores, tenho uma cota acumulada de R\$ 239.904,80 — informou. Devido às novas regras de utilização das passagens, é muito provável, afirmou, que esse saldo seja em grande parte devolvido ao Senado.

Quanto a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o uso de sua cota para custear viagem de sua namorada, Mônica Dallari, em 2007, Suplicy assegurou ter devolvido ao Senado cerca de R\$ 15 mil. O valor refere-se ao preço de uma passagem de São Paulo a Paris, em viagem dos dois à China. O senador também anunciou a devolução, na terça-feira, de R\$ 5.221,35 referentes a passagens de sua cota emitidas no ano de 2008 para Mônica.

Suplicy lembrou ter sido eleito com votos de 48% dos paulistas que foram às urnas e que sua atuação no Senado busca fazer jus à confiança de seus eleitores, na defesa da ética e dos princípios constitucionais. Ele disse acompanhar atentamente as críticas feitas pela imprensa, mesmo as mais duras — que em sua opinião decorrem de sua história —, agradeceu aos críticos e afirmou aprender com os passos que dá ao longo da vida.

Suplicy pediu desculpas a seus filhos e familiares pelo sofrimento que a reportagem possa ter causado, e especialmente a Mônica Dallari, a quem, disse, tanto estima.

Apoio

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que Suplicy usou um mecanismo legal, agora modificado pela Mesa, mas que era praticado por todos. O senador lamentou que o fato tivesse tanta repercussão e lembrou que o delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz fez viagens na cota de parlamentares e não

Senado regulamenta hora extra

A Primeira Secretária do Senado divulgou ontem a nova regulamentação do pagamento de horas extras a servidores da Casa. A partir do dia 12, haverá registro eletrônico diário, com senha pessoal e intransferível, do serviço extraordinário prestado e o pagamento ficará restrito ao trabalho realizado nas dependências da Casa.

Ainda de acordo com a Primeira Secretária, ficam responsabilizados o servidor e o gestor de cada área por eventuais incorreções e irregularidades no pagamento de horas extras, que não podem ser prestadas nos períodos de recesso parlamentar (janeiro e julho).

As novas regras foram determinadas pelo diretor-geral, Alexandre Gazineo, no Ato 1.816/09, publicado na terça-feira. O documento, por sua vez, regulamenta o Ato 6/09, do 1º secretário, que disciplinou o controle, registro eletrônico e pagamento de serviço extraordinário aos servidores do Senado.

A Primeira Secretária informou ainda que está em estudo a implantação de um sistema de ponto eletrônico para controlar a entrada e saída dos servidores do Senado.



Manoel Rangel (E) e Paula Lavigne destacam apoio de José Sarney às atividades culturais no país

Ancine relata "estrondoso sucesso" de filmes

O presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Manoel Rangel, e a produtora Paula Lavigne relataram ao presidente do Senado, José Sarney, em encontro realizado ontem, o lucrativo desempenho dos filmes brasileiros no mercado. Eles mencionaram especialmente sucessos como *Se eu fosse você*, *Divã*, *Menino da Porteira* e *Verônica*.

Durante o encontro, de acordo com os dois profissionais de cinema, Sarney falou do seu propósito de condensar todas as iniciativas legais de apoio à cultura numa lei geral capaz de simplificar sua aplicação.

– Dissemos ao presidente Sarney que estamos vivendo um excelente momento, em que os filmes brasileiros têm feito "um estrondoso sucesso" – informou Manoel Rangel ao

sair do encontro.

O presidente da Ancine lembrou que José Sarney sempre foi um grande incentivador da cultura, assim como o autor da primeira lei de apoio a essa área no país – o texto que convencionou-se chamar de Lei Sarney e que deu origem a várias iniciativas legais de apoio às artes por todo o país.

– Ele foi também fundamental na aprovação da lei que criou o Fundo Setorial do Audiovisual em 2006. É esse fundo hoje o responsável pela dinamização da atividade cinematográfica no país – afirmou ainda Manoel Rangel.

Paula Lavigne informou que estava ali para representar os

produtores e também para prestar contas ao Legislativo dos resultados de leis que apoiam a atividade cultural, como demonstra o aquecimento atual do mercado cinematográfico.

– O filme *Se eu fosse você* bateu *Dois filhos de Francisco*, que era a maior bilheteria. Então, a gente vê que há resultado quando há incentivo. E o presidente Sarney sempre foi uma espécie de padrinho do cinema nacional. Ele é o autor da Lei Sarney, enfim, entende, estuda e gosta do assunto. De vez em quando é bom a gente vir aqui prestar contas, não só pedir – declarou Paula Lavigne.

"O Fundo Setorial Audiovisual é responsável pela dinamização da atividade cinematográfica"

Adicional de 30% a vigilante pode ser votado logo

Acompanhado de representantes da Confederação Nacional dos Vigilantes, o presidente do PT no Distrito Federal, ex-deputado Chico Vigilante, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para discutir a votação de projeto que concede adicional de periculosidade de 30% para os trabalhadores vigilantes.

Chico Vigilante pediu que o Senado vote, na forma em que foi aprovado na Câmara, projeto da deputada Vanessa Grazziotin estabelecendo o adicional. Sarney pediu que a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o informasse sobre o andamento do projeto, a fim de que ele seja submetido ao exame dos senadores tão logo chegue da Câmara.

– Informamos que os vigilantes desempenham uma atividade penosa e de muito risco. E estamos saindo com a certeza de que o projeto andará rapidamente no Senado, porque o presidente Sarney disse que esse é um pleito mais do que justo – destacou Chico Vigilante.

CPI analisa hoje projeto que aumenta penas por pedofilia

O senador Magno Malta (PR-ES) informou ao Plenário ontem que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia examina hoje, em reunião às 10h30, a apresentação de proposta para tipificar de maneira mais clara e rigorosa os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Além dos abusos de pedófilos cometidos por meio da internet, a CPI pretende inserir na legislação delitos como a bolinação, situação em que o agressor toca o corpo da vítima, sem, no entanto, manter com ela uma relação sexual no sentido estrito.

O projeto foi elaborado pela comissão, presidida por Magno Malta, e um de seus pontos mais importantes, de acordo com o parlamentar, é o artigo que institui a pena de 30 anos de prisão para os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, sem progressão de regime. Essa vedação impedirá, por exemplo, a concessão pela Justiça de liberdade durante o dia com retorno à penitenciária à noite.

O senador voltou a dizer que, se esse artigo já estivesse em vigor, teria sido evitado o assassinato do menino Kaytto



Magno Malta, presidente da CPI, quer 30 anos de prisão para pedófilos

Guilherme Nascimento Pinto, de 10 anos, ocorrido no dia 13 de abril, em Cuiabá. O assassino, Édson Alves Delfino, 29, estava em regime semiaberto de prisão, depois de ter cumprido nove dos 46 anos de cadeia a que fora condenado por violentar e matar a pauladas outro menino, de 11 anos.

Também na reunião de hoje, a CPI ouviu a psicóloga Daniela Pedrosa, do Hospital Pérola Byington, de São Paulo, especializada no atendimento a crianças abusadas sexualmente.

– Queremos ajuda para gerar uma nova política pública nessa área – explicou Magno Malta.

Conforme voto em separado aprovado ontem pela Comissão de Justiça, nos municípios com até 2 milhões de habitantes redução das despesas dos legislativos chegará a 40%. Proposta cria seis novos critérios de dispêndios percentuais, em vez dos atuais quatro

CCJ reduz teto de despesas das câmaras de vereadores

A FIXAÇÃO DO limite de gastos das câmaras de vereadores continuará tendo como base o contingente populacional de cada um dos 5.564 municípios brasileiros, como prescreve a Constituição federal, mas com os percentuais máximos reduzidos. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que, por unanimidade, aprovou voto em separado do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a proposta de emenda constitucional (PEC 47/08) de autoria de César Borges (PR-BA).

Até mesmo o relator da matéria, Valter Pereira (PMDB-MS), concordou com as argumentações do colega e adotou o voto em separado, abrindo mão do seu parecer. O voto de Valter Pereira deixava para lei complementar a fixação dos gastos dos legisla-

tivos municipais, mas também criava uma regra de transição que fixava essas despesas com base na receita do município.

– Não tenho paixão pelo critério, mas sim um compromisso com a causa. Sinto que houve um entendimento de que a melhor proposta é a do senador Valadares. Portanto, adoto como meu o seu voto – disse Valter Pereira.

A manifestação do senador foi aplaudida por dezenas de suplentes de vereadores que acompanhavam a reunião e cobravam a votação da proposta. No entanto, a decisão de ontem não encerra a discussão sobre a matéria, que, segundo adotou o voto em separado, ainda precisa ser aprimorada, para reduzir efetivamente o gasto das câmaras municipais.

– A proposta vai ainda a Plenário e será com certeza emendada. Até lá, temos um tempo para tentar um entendimento amplo. A proposta de Valadares reduz o teto de gastos das câmaras, mas não trata do gasto efetivo que há hoje. Há 70 cidades que estouraram o teto constitucional e não aconteceu nada. Devemos votar hoje [ontem] para acelerar o processo e continuar conversando sobre a matéria para a votarmos depois, de forma conclusiva – esclareceu Mercadante, apoiado pelos demais membros da comissão.

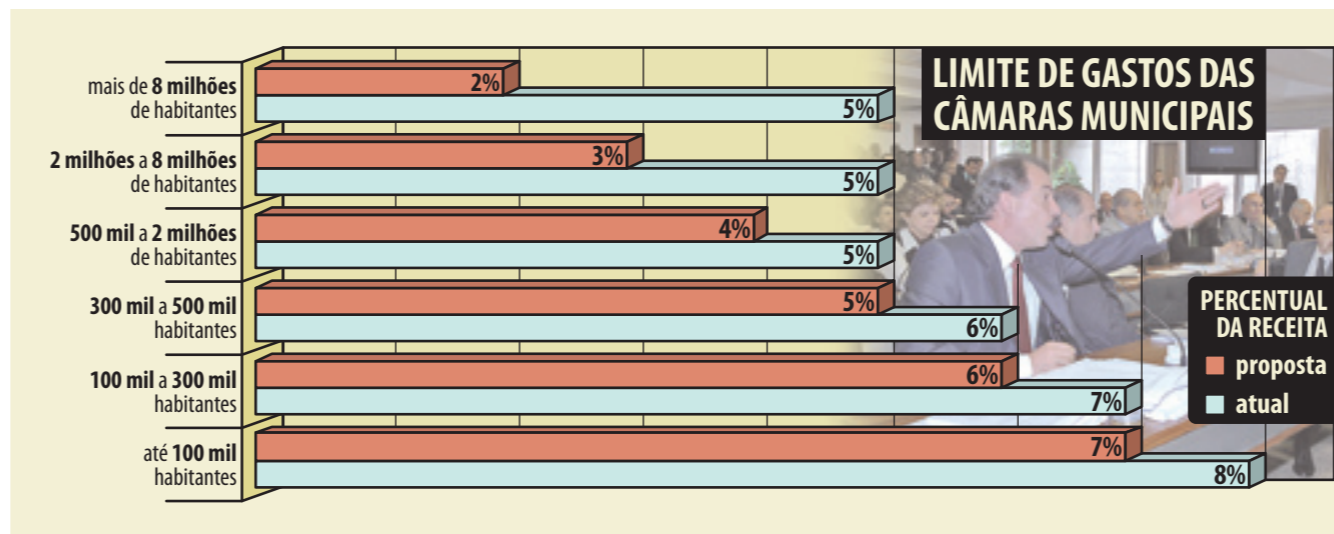
– Não é pequena a redução que propomos, tendo em vista que, para municípios com população acima de 2 milhões de habitantes, essa redução chega a 40%, e até 70%, se acima de 8 milhões de habitantes – explicou Valadares.

Segundo cálculos do senador, a maioria dos municípios brasileiros – 5.045 – tem até 100 mil habitantes, enquanto apenas 173 têm entre 100 mil e 300 mil habitantes.

Vários senadores elogiaram o entendimento para a aprovação da proposta apresentada por Valadares. Mesmo Wellington Salgado (PMDB-MG), que tinha elaborado um voto em separado pelo arquivamento da PEC 47, retirou seu voto para apoiar o colega.

Critérios

A proposta de Antônio Carlos Valadares altera o artigo 29-A da Constituição para criar seis novos critérios de gastos percentuais máximos das câmaras municipais, em vez dos



Na sala da CCJ, dezenas de suplentes de vereadores comemoram aprovação da proposta, que será submetida agora a dois turnos de votação no Plenário

Venda de tinta aerossol a menor pode ser crime

A venda a menores de 18 anos de tintas em embalagens do tipo aerossol poderá tornar-se crime. É o que determina projeto de lei da Câmara (PLC 138/08) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça.

Pela proposta, essas embalagens de tintas deverão trazer inscritas as frases "Pichação é crime (artigo 65 da Lei 9.605/98)" e "Proibida a venda a menores de 18 anos". Já a venda para maiores ficará condicionada à apresentação de documento de identidade. O projeto vai ao Plenário.

Adiada decisão sobre a maioria penal

Pedido de vista coletivo provocou o adiamento da votação, na Comissão de Justiça, de duas emendas de Plenário à PEC 20/99, que reduz a maioria penal para 16 anos.

A primeira emenda, de Magno Malta (PR-ES), determina que o menor de 18 anos passaria a responder por crime definido como hediondo. A outra, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), prevê que lei complementar poderá, excepcionalmente, diminuir o limite para imputabilidade até 16 anos, em caso de crimes hediondos.

Votação de cotas fica para a próxima semana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania transferiu para a próxima semana a apreciação do projeto de Plenário à PEC 20/99, que define cotas para ingresso nas universidades públicas e escolas técnicas.

A decisão foi tomada ontem pelo presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), para que o colegiado tenha tempo de examinar proposta aprovada recentemente na Câmara dos Deputados que reserva 10% das vagas das universidades federais a deficientes físicos.

Presidente do Paraguai faz sua primeira visita oficial ao Brasil no momento em que solicita revisão dos valores pagos por parte da energia produzida na usina binacional

Lugo visita hoje o Senado e deve falar sobre Itaipu

O PRESIDENTE DO Paraguai, Fernando Lugo, será recebido hoje, às 11h, pelo presidente do Senado, José Sarney, no Salão Nobre. Em sua primeira visita oficial ao Brasil, Lugo chega no momento em que procura obter do governo brasileiro um aumento no valor pago pelo uso da parte paraguaia da energia produzida pela usina hidrelétrica binacional de Itaipu.

Desde a campanha eleitoral que o levou à Presidência do Paraguai, Lugo vem questionando a legitimidade da dívida contraída pelos dois países para a construção da usina hidrelétrica, que responde por aproximadamente 20% da energia consumida no Brasil.

Além disso, vem reivindicando um aumento significativo nos valores pagos pelo Brasil pela utilização da energia que pertence ao Paraguai. Segundo o Tratado de Itaipu, firmado pelos dois governos em 1973, a energia produzida pela hidrelétrica



Lugo reivindica possibilidade de o Paraguai vender energia a outros países

é dividida em duas partes iguais entre Brasil e Paraguai. Ficou ainda estabelecido o direito de um país adquirir a energia que não for utilizada pelo outro para seu próprio consumo. Como o Paraguai não chega a consumir 10% de toda a energia produzida por Itaipu, esse país tem vendido, desde o início, parte de sua energia ao Brasil.

Ao mesmo tempo em que solicita a revisão dos valores

pagos pelo Brasil, o novo governo paraguaio reivindica a possibilidade de vender a terceiros países a parte que lhe cabe da energia produzida pela hidrelétrica binacional.

Transmissão

Países como o Chile teriam interesse em adquirir parte dessa energia, segundo têm argumentado negociadores paraguaios. Mesmo que houvesse essa possibilidade, porém, a falta de linhas de transmissão em território paraguaio poderia vir a dificultar a efetiva venda de energia a outros países.

Durante a visita oficial, o governo brasileiro poderá apresentar a Lugo uma proposta de acordo em relação a Itaipu. A oferta brasileira deve incluir pontos como o aumento do valor pago pela energia cedida pelo Paraguai e o financiamento da construção de novas linhas de transmissão de energia em território paraguaio.

Sarney recebe embaixador chinês

O novo embaixador da China no Brasil, Qiu Xiaohui, visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney, com quem conversou sobre a amizade que une os dois países e sobre a necessidade de se intensificarem as relações bilaterais nos campos da economia, ciência e cultura. Xiaohui disse que visitava o Senado com especial interesse em razão da admiração que tem pelo presidente Sarney, por ele definido como "um grande amigo da China".

O embaixador lembrou a visita que Sarney fez à China há 21 anos, quando era presidente da República, e testemunhou o avanço das relações sino-brasileiras nesse período.

– Nosso propósito é trabalhar para conseguir um patamar cada vez mais alto nas relações entre os dois países – disse.

Em 2008, a China foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) com a China chegou a US\$ 36.443 bilhões, um aumento de 56% em relação a 2007, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento. Em abril deste ano a China superou os Estados Unidos e há projeções de que seja o maior parceiro comercial do Brasil em 2009.



Deputado Dr. Rosinha deixa a vice-presidência do Parlamento do Mercosul

Brasil deve eleger novo vice-presidente do Parlasul

O Brasil deverá ter, nas próximas semanas, um novo vice-presidente no Parlamento do Mercosul (Parlasul), em substituição ao atual ocupante do posto, deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

A eleição deverá ocorrer na próxima reunião da Representação Brasileira no novo parlamento, durante a qual também será escolhido o novo presidente da própria Representação.

A realização das duas eleições ficou decidida ontem, em reunião presidida pelo deputado George Hilton (PP-MG). Atualmente, a Representação está sob o comando do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Existente uma tendência de que um deputado assumira a presidência da Representação, enquanto um senador seria eleito para ocupar a vice-presidência do próprio Parlamento do Mercosul, em Montevideu.

A presidência do parlamento, assim como a do próprio bloco, atualmente é exercida pelo Paraguai. Pelo regime de rodízio entre os países, a presidência depois passaria a um parlamen-

tar do Uruguai e, em seguida, a um da Argentina. Cada um deles ocuparia o posto por um semestre.

Dessa forma, o vice-presidente brasileiro do parlamento a ser eleito nos próximos dias assumiria a presidência no segundo semestre de 2010. Como esse período coincidiria com as eleições brasileiras, existe a possibilidade de o Brasil fazer uma troca com a Argentina. Ou seja, o Brasil teria a presidência no primeiro semestre de 2010, e a Argentina ficaria com o cargo no segundo semestre.

Na reunião de ontem, estava em pauta a Mensagem 813/08, que submete ao Congresso Nacional os textos do acordo-quadro de comércio e do acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel, firmados, respectivamente, em 2005 e 2007. O parecer elaborado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) é pela aprovação dos acordos. Mas a votação foi adiada por pedido de vista do deputado Dr. Rosinha e do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Comissão Rondon faz cem anos, lembra Raupp



O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou em Plenário os cem anos do início da Comissão Rondon. A iniciativa, liderada pelo então major e sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon, construiu linhas telegráficas ligando Goiás ao noroeste de Mato Grosso e a vilas hoje transformadas em municípios de Rondônia. Em 1956, o então território federal do Guaporé passou a se chamar território de Rondônia, em homenagem ao militar e sertanista.

Paim destaca construção de escola técnica

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou o início da construção do Instituto Federal de Canoas. A escola de ensino profissionalizante deverá estar pronta em 2010, com capacidade para 350 alunos. O instituto terá 3.940 metros de área construída, a um custo de R\$ 3,9 milhões, bancado pelo governo federal. Paim também registrou as dificuldades que seu estado vem enfrentando em consequência da seca, que levou 173 municípios a declararem estado de emergência.



E-mail poderá servir de prova em processos

Conforme projeto aprovado pela CCT, mensagem eletrônica terá presunção de veracidade se for certificada digitalmente

AS MENSAGENS ELETRÔNICAS transmitidas por meio da internet passarão a ter força probatória em processos judiciais, segundo projeto de lei aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta será agora examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para o Plenário.

Segundo o projeto (PLC 170/08), que altera o Código de Processo Civil, a mensagem eletrônica goza de "presunção de veracidade quanto ao emitente e às suas declarações unilaterais de vontade", desde que certificada digitalmente nos moldes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil).

O texto recebeu apenas uma emenda de redação, apresentada pelo relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), que incluiu a expressão "mensagem eletrônica" no lugar da palavra inglesa *e-mail*.

A mensagem eletrônica se tornou uma forma de comunicação muito usada entre as pessoas. Por isso, o projeto ajusta o Código de Processo Civil à realidade de hoje – afirmou Casagrande, ao apresentar seu voto favorável.

Gilberto Goellner (DEM-MT) disse que projeto poderá facilitar os trâmites judiciais. Lobão Filho (PMDB-MA) considerou a aprovação "extremamente oportuna". O projeto contou com o apoio do presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Casagrande (D), ao lado de ACM Júnior e Papaléo, deu parecer favorável ao projeto

Rejeitados projetos sobre medicamentos

Por recomendação do relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), a CCT rejeitou projeto (PLS 29/06) do então senador Ney Suassuna que estabelecia a exigência de comprovação de titularidade de patente por ocasião de registro de princípio ativo ou de medicamento junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa).

A comissão também considerou prejudicado – por sugestão do relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ) – o projeto (PLS 521/07) que tornava obrigatória a identificação de medicamentos por meio de sistema eletrônico. O senador advertiu que a Casa já aprovara projeto semelhante.



Erasto Fortes Mendonça (E), Agesandro Pereira, Cristovam Buarque e José Geraldo de Sousa Júnior durante audiência pública

Programa de alfabetização prioriza o Nordeste

O secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, André Luiz de Figueiredo Lázaro, afirmou que o Nordeste é a prioridade do programa Brasil Alfabetizado, destinado a jovens, adultos e idosos. Nessa região, informou, o índice de analfabetismo é alto – 20%, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As observações foram feitas ontem durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu o analfabetismo.

Na avaliação de André Lázaro, o analfabetismo no Brasil, especialmente no Nordeste, é uma "cicatriz" das oligarquias. Esses grupos políticos, disse, são contrários aos direitos humanos e à difusão da informação e, assim, não estimularam as pessoas a buscar educação.

Respondendo à senadora Fátima Cleide (PT-RO), o secretário

disse que a taxa de analfabetismo entre a população carcerária está entre 7% e 8%.

Na opinião do presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), que requereu o debate, a falta de acesso à leitura é equivalente à carência de alimentação e de outros direitos fundamentais. O senador defendeu a fixação de metas para erradicar o analfabetismo.

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Júnior, lembrou que o economista Amartya Sen, criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sugere que não apenas indicadores econômicos determinem o grau de desenvolvimento de um país. Para Amartya, também índices que incluam os direitos

sociais, como a alfabetização, e a dignidade humana devem ser considerados.

O coordenador-geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Erasto Fortes Mendonça, ressaltou que a Constituição prevê garantia da educação fundamental a todos os brasileiros.

A relação democrática entre Estado e cidadão, observou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Agesandro da Costa Pereira, pressupõe o reconhecimento de direitos fundamentais.

Na opinião de Paulo Paim (PT-RS), o Congresso não está atuando de forma eficiente para contribuir com a erradicação do analfabetismo no Brasil.

CDH discute com representantes do Executivo, da UnB e da OAB formas de erradicar o analfabetismo

Líder de PMs denuncia prisão arbitrária em Roraima

O diretor de articulações políticas da Associação Nacional dos Praças do Brasil, Marcos Prisco Caldas Nascimento, líder de greve da Polícia Militar de Roraima, denunciou ontem à Comissão de Direitos Humanos que ficou detido por 36 horas em uma penitenciária com cerca de 1.400 presos. Sua prisão, disse, ocorreu de forma arbitrária e sem justificação judicial.

O PM afirmou que os policiais

em Roraima têm suas casas invadidas sem autorização judicial e são presos sem motivação.

O presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), prometeu telefonar ao governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, para pedir esclarecimentos. Cristovam também colocou a CDH à disposição dos policiais para discutir o assunto em audiência pública.

Ainda ontem a CDH aprovou

a realização de audiência para discutir questões raciais em virtude do Dia da Abolição da Escravatura, a ser celebrado em 13 de maio. O requerimento é de Paulo Paim (PT-RS).

E hoje, às 9h, a comissão realiza audiência sobre o Acampamento Terra Livre, por solicitação de Marina Silva (PT-AC). O acampamento reúne na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, lideranças indígenas de todo o país.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



José Cruz

Bielschowsky, Arns, Formiga e Gomes debatem projeto que cria a obrigatoriedade

Especialistas dispensam aulas presenciais em cursos a distância

O vice-presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Marcos Formiga, e o representante do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Paulo Alcântara Gomes, sugeriram a rejeição do projeto do senador licenciado e ministro das Comunicações, Hélio Costa, que propõe aulas presenciais e periódicas nessa modalidade de ensino.

A sugestão foi apresentada em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), requerida pelo presidente do colegiado, Flávio Arns (PT-PR), para tratar do projeto (PLS 118/04). Formiga e Alcântara Gomes argumentaram que a educação a distância tem evoluído muito rapidamente desde a apresentação da proposta, em 2004.

Para o secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC), Carlos Eduardo Bielschowsky, as normas atuais buscam a qualidade e garantem a supervisão do processo.

– Já temos a obrigatoriedade de momentos presenciais, não em aulas, mas em provas e outras formas que determinam que o aluno seja avaliado sem fraudes – afirmou.

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) disse concordar com a rejeição do projeto. Flávio Arns, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Augusto Botelho (PT-RR) observaram que a educação a distância tem ampliado as oportunidades de acesso à educação no Brasil. Arns propôs que o MEC crie programa para intensificar o uso dessa modalidade pelas pessoas com deficiência.



José Cruz

Diretor da Anac fala em audiência da CDR presidida por Leomar Quintanilha (C)

Guarany's: não se pode punir só as empresas por *overbooking*

O diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Marcelo Guarany's apontou a necessidade de a punição pelo chamado *overbooking* vir acompanhada de sanções também para os passageiros com reserva confirmada que deixem de comparecer aos voos. Ele considerou aceitável o uso das regras do Código de Defesa do Consumidor nas relações entre passageiros e companhias aéreas.

Projeto (PLS 114/04) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) punindo o *overbooking* – que se configura quando as empresas vendem mais passagens que assentos nos aviões – foi discutido ontem em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Guarany's considerou razoável a atualização do limite de

tolerância de atrasos de voos das atuais quatro horas para duas horas, quando terá início o fornecimento de assistência aos passageiros (alimentação, traslado ou hospedagem).

Para Fernando Antonio Soares, da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, cancelamentos e atrasos de voos superiores a duas horas devem mesmo ser sujeitos a regras de indenização. Ele disse, no entanto, que, se o *overbooking* for muito penalizado, haverá um desequilíbrio do mercado, com aumento no preço das passagens.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, José Márcio Mollo, o projeto é desproporcional no que diz respeito às faltas das empresas e às multas previstas.

Versão móvel de agência já está no ar

A Agência Senado colocou ontem em funcionamento a versão móvel de sua página, disponível para telefones celulares com acesso a internet. Para ter acesso às notícias da Agência Senado no celular ou dispositivo móvel, basta digitar o endereço eletrônico (www.senado.gov.br/agencia) e, automaticamente,

o conteúdo se ajustará à tela do aparelho. Para maiores informações, visite o endereço www.senado.gov.br/agencia/mobile.aspx.

Recentemente, a Agência Senado estreou a nova versão de sua página eletrônica. O objetivo é de permitir ao internauta um acesso fácil às notícias.

Experiência do combate à gripe aviária norteia trabalhos para prevenir epidemia de gripe suína, afirma Dirceu Raposo em audiência na Comissão de Assuntos Sociais

Anvisa adverte população para que não se automedique

A ATUAÇÃO DA Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para prevenir uma possível epidemia da gripe suína (gripe H1N1) foi detalhada ontem pelo presidente do órgão, Dirceu Raposo de Mello, aos integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Segundo informou, o conhecimento acumulado pelo grupo de trabalho criado para combater a gripe aviária, em 2005, está norteando os trabalhos.

No final de abril, a Anvisa começou a orientar, em portos e aeroportos, os viajantes provenientes do México e dos Estados

Unidos. Depois que a virose se alastrou para outros países, os agentes sanitários passaram a abordar todos os passageiros de viagens internacionais.

Esta semana, o trabalho preventivo chegou às fronteiras terrestres do Brasil, já que foi notificado caso de contaminação na Colômbia. Outra providência foi acelerar o processo de permissão para que pesquisadores brasileiros possam produzir a vacina de combate ao H1N1 assim que a Organização Mundial da Saúde (OMS) disponibilize a cepa do vírus (grupo de microorganismos).

Dirceu Raposo também alertou a população para que não se automedique. Ele esclareceu que ácido acetilsalicílico e paracetamol não agem como antigripais e apelou às farmácias para que orientem os consumidores nesse sentido.

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), indagou se estavam sendo colocadas barreiras sanitárias para interceptar veículos oriundos de áreas contaminadas. Dirceu Raposo informou que todos os veículos que vêm de outros países com fronteira terrestre com o Brasil estão sendo monitorados.



J. Freitas

Cácito Augusto Esteves (E), Sérgio Mena Barreto, Dirceu Raposo, Rosalba Ciarlini, Arnaldo Zubioli e Pedro Zidoi na CAS

O que uma farmácia pode vender além de remédio?

Agrotóxico, ração animal, bebida alcoólica, cigarro, lâmpada e filme fotográfico são alguns dos produtos à venda em farmácias e drogarias do país, segundo denunciou o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dirceu Raposo de Mello, em audiência da Comissão de Assuntos Sociais. O debate girou em torno de resolução a ser editada pela Anvisa – desde 2007 em fase de consulta pública ao texto proposto – para regulamentar a oferta de produtos e serviços nesses estabelecimentos.

De acordo com Raposo, haverá um prazo de seis meses para os estabelecimentos se adequarem às mudanças. A nova norma libe-

ra a comercialização de quase 3 mil produtos.

Para Arnaldo Zubioli, representante do Conselho Federal de Farmácia (CFF), o objetivo da norma é fortalecer o controle sanitário do estabelecimento farmacêutico. Ao apontar a desatualização da legislação em vigor (a Lei 5.991/73), ele destacou a necessidade de a Anvisa procurar modernizar essa norma por meio de resolução. Modificações na Lei 5.991/73 estão propostas em projeto já aprovado pelo Senado (PLS 41/93) que se encontra na Câmara.

Representantes do comércio farmacêutico presentes à audiência contestaram a legiti-

midade da Anvisa para editar a norma. A categoria só admite mudanças no setor discutidas e votadas pelo Legislativo.

O presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma), Pedro Zidoi, propôs a formação de um grupo de trabalho com representantes da Anvisa, do Legislativo e do setor regulado para aperfeiçoar o texto dessa resolução. O advogado da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Cécito Augusto Esteves está convencido de que a resolução da agência não teria amparo legal, cogitando contestar sua constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Lista deverá ser definida por grupo de trabalho

Autor do requerimento para realização da audiência na CAS, Alvaro Dias (PSDB-PR) propôs que a Anvisa reúna-se com representantes do setor para criação de um grupo de trabalho que elabore uma lista de produtos que possam ser comercializados por farmácias e drogarias. Outra sugestão do senador seria a Anvisa encaminhar proposta, via Presidência da República, para ser analisada pelo Congresso em regime de urgência.

O presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias

e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto, acredita que esses estabelecimentos, ao diversificarem seus produtos, estão atendendo a novas necessidades da população.

Adelmir Santana (DEM-DF) destacou ser ele um empresário do ramo e disse que “ainda não foram modificados os arcabouços jurídicos que regulam esse assunto e uma resolução não pode sobrepor-se a uma lei”. Dirceu Raposo de Mello, presidente da Anvisa, afirmou que “o objetivo da resolução é melhorar

o atendimento à população da perspectiva da saúde, e não do comércio”. Raposo afirmou que, antes de propor a consulta pública sobre a resolução, pediu à Advocacia Geral da União (AGU) que se pronunciasse sobre sua legalidade.

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini, leu correspondência do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Para a entidade, as farmácias são estabelecimentos de saúde e deve-se evitar sua transformação em “quase supermercados”.

Augusto e Papaléo dirigem subcomissão

Os senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Papaléo Paes (PSDB-AP) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa

da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na presidência dos trabalhos da reunião de ontem, Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CAS, deu posse aos dois parlamentares.

Augusto pede local digno para famílias expulsas



Augusto acompanhou retirada dos não índios da reserva Raposa Serra do Sol

J. Freitas

A retirada dos não índios da reserva Raposa Serra do Sol está sendo feita de forma pacífica, embora um sentimento de perda predomine entre as famílias que foram expulsas da área e não sabem onde vão morar e o que farão para sobreviver. O registro foi feito por Augusto Botelho (PT-RR), que acompanhou a retirada das famílias, por designação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE).

O senador foi autor da ação que questionou, no Supremo Tribunal Federal, a demarcação da área. Mas a decisão foi pela saída das famílias ao reconhecer a demarcação contínua da terra indígena.

Augusto prometeu lutar pelo reassentamento das famílias em local onde possam viver com dignidade e recomeçar suas vidas.

Vetos polêmicos ficam para a próxima semana

Acordo de líderes partidários garantiu o exame de 943 vetos sobre os quais não havia polêmica. A previsão é que sejam mantidos, mas o resultado só deve ser conhecido hoje

O CONGRESSO NACIONAL examinou na noite de ontem um total de 943 vetos do presidente da República a diversos projetos de lei. A apuração deve ser feita apenas na manhã de hoje. Por acordo entre os líderes partidários, somente foram apreciados os vetos que não geravam controvérsia. Por isso, a previsão é que todos sejam aprovados – ou seja, mantidos. Os vetos considerados polêmicos devem ser examinados na próxima semana.

Os vetos apreciados ontem referem-se a 119 projetos de lei, os quais haviam sido aprovados anteriormente pelo Congresso Nacional. O número de propostas (119) é muito menor que o de vetos (943), pois estes podem ser integrais – quando toda a matéria é vetada – ou parciais – quando um ou vários trechos de determinada proposta são vetados. Assim, um projeto pode receber vetos parciais a diversos trechos de seu texto.

Senadores e deputados federais votaram por meio de uma cédula única, na qual estavam indicados os projetos de lei em questão e, se fosse o caso, dos respectivos dispositivos



Senadores e deputados se reúnem no Plenário da Câmara para sessão conjunta

vetados. Ao lado de cada item apareciam três opções: S (sim), N (não) e A (abstenção).

A apuração será realizada pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).

Polêmica

Alguns parlamentares criticaram a forma como os vetos presidenciais têm sido votados. O deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), por exemplo, declarou que, ao votar em apenas uma sessão todos esses vetos, “o Congresso atende ao presidente de plantão, seja ele quem for”. O deputado sugeriu que os próximos vetos

sejam analisados logo após sua apresentação pelo presidente da República, “e não da forma atual, que é ruim para o processo legislativo e depõe contra o Congresso Nacional”.

Entre os vetos que poderão ser analisados na próxima semana – sobre os quais há controvérsia –, está o da emenda apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) à Medida Provisória 288/06. A proposição estendia o reajuste de 16,67%, concedido no ano de 2006 ao salário mínimo, a todas as pensões e aposentadorias. Vários senadores, além do próprio Paim, defendem a derrubada desse veto.

Parlamentares aprovam crédito para municípios

O projeto que abre crédito especial ao Orçamento da União para a transferência de R\$ 1 bilhão em recursos adicionais destinados aos estados e municípios foi aprovado ontem na reunião do Congresso. A discussão, que deveria ter se iniciado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), foi transferida para o Plenário graças a um requerimento de urgência. A matéria (PLN 8/09) vai agora à sanção presidencial.

O Executivo ainda deve enviar uma medida provisória ao Legislativo determinando as regras para as transferências desses recursos. A proposição destina recursos para recompor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e elevá-lo ao patamar de 2008: R\$ 51,3 bilhões.

Os parlamentares salientaram a situação vivida especialmente pelos municípios do Norte e do Nordeste, que, além da redução do FPM em razão da crise econômica, sofrem com as enchentes, e os do Sul, que enfrentam a seca. O relator da matéria, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), afirmou que, segundo estudos da Confederação Nacional dos Municípios, R\$ 1 bilhão são as perdas do primeiro quadrimestre de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando foram de R\$ 954 milhões.

Congresso acata projetos em favor da Eletrobrás

Dois projetos de lei que beneficiam a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) foram aprovados ontem pelo Congresso em regime de urgência e serão encaminhados à sanção.

O primeiro (PLN 2/09) destina crédito suplementar de R\$ 37 milhões em favor da Eletrobrás. O dinheiro será utilizado para adequar as dotações orçamentárias da empresa, em decorrência de novas prioridades estabelecidas na revisão da sua estratégia negocial para o corrente exercício. A verba também será empregada para reforçar a dotação do projeto de um gasoduto em Manaus, denominado Implantação de Rede de Ramais Termelétricos para Atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica.

O segundo abre crédito especial no valor de R\$ 310,5 milhões às empresas do Grupo Eletrobrás (Eletronuclear, Eletronorte, Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf e Furnas). Os recursos irão viabilizar os empreendimentos arrematados em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em outubro de 2008, que objetivam a ampliação da capacidade de geração e de transmissão de energia elétrica nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.



Azeredo (D): abertura foi “instrumento de proteção à vida e ao patrimônio”

Senado comemora abertura do mercado de resseguros

Os senadores celebraram ontem, reservando a parte inicial da sessão a discursos sobre o tema, o primeiro ano da abertura do mercado de resseguros, quando empresas privadas puderam iniciar atividades no setor. O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) manteve o monopólio estatal de 1939 a 2008. Participaram da sessão o presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, João Elísio Ferraz Campos, e o presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados, Robert Bittar, entre outros.

EDUARDO AZEREDO

A homenagem foi requerida por Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O senador explicou que o chamado resseguro nada mais é que um “seguro do seguro”, ou seja, quando a operação de seguro envolve importâncias ou riscos elevados, a seguradora repassa às resseguradoras parte da responsabilidade e dos lucros. “A abertura do mercado de resseguros representa um forte instrumento para acelerar o crescimento da proteção à vida, à saúde e ao patrimônio dos brasileiros”, afirmou.

IDELI SALVATTI

A quebra do monopólio do mercado de resseguros e o fortalecimento do Instituto de Resseguros do Brasil ocorreram no momento adequado e estão sendo importantes para o país enfrentar a crise internacional, salientou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela lembrou que, quando a crise econômica eclodiu, o setor de seguros e resseguros no Brasil já estava reestruturado: isso propiciou maior confiabilidade e permitiu ao país sofrer menos intensamente os efeitos da crise.

JOSÉ SARNEY

Mão Santa (PMDB-PI) leu mensagem em que o presidente do Senado, José Sarney, classifica a abertura do mercado de resseguros como fundamental para a economia do país. A nova legislação, observa Sarney, protege o empreendedor nacional e, ao mesmo tempo, beneficia toda a sociedade brasileira com a criação de um mercado de resseguros muito mais forte e capaz de fornecer aos grandes projetos a segurança necessária a sua execução.

FRANCISCO DORNELLES

A abertura de mercado de resseguros se deu a partir de substitutivo a projeto de lei complementar de Francisco Dornelles (PP-RJ), quando deputado. Ele afirmou que a medida “colocou o Brasil em sintonia com as práticas de resseguro dos principais mercados do mundo” e modernizou a economia. Destacou ainda que o setor, “além de sua missão básica, que é garantir a reposição de perdas em situação de infortúnio”, é hoje estratégico para a formação de poupança.

MARCONI PERILLO

A Superintendência de Seguros Privados (Susep), na avaliação do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), necessita de mais investimentos, tanto em tecnologia da informação quanto no quadro de pessoal. Num cenário em que o seguro “ganha papel de relevo na vida do cidadão comum, das empresas e do poder público”, ressaltou Marconi, “cabe ao governo federal solucionar esse problema de estrutura física e operacional da Susep o mais rápido possível”.

JOÃO ELÍSIO FERRAZ CAMPOS

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros, João Elísio Ferraz Campos, disse que a quebra do monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil “trouxe um novo impulso para o setor e colocou o Brasil no mesmo patamar das economias desenvolvidas”. Segundo ele, em um ano, mais de 50 empresas de resseguro se estabeleceram no mercado, gerando empregos e colocando seu capital e sua capacidade técnica à disposição das companhias de seguros.